

Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano

RAPHAEL LANA SEABRA (ORG.)

Florianópolis: Insular, 2016, 259p.

*Ailton Teodoro**¹

Nos últimos vinte anos tem-se anotado um profícuo e sistemático esforço de retomar, difundir e atualizar a versão marxista da chamada *Teoria da Dependência*. Inúmeras publicações especializadas, a realização de seminários e a produção de teses acadêmicas de mestrado e doutorado sobre o assunto são algumas evidências disso.

O livro ora resenhado, *Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano*, não é outra coisa senão fruto dessa recuperação crítica, pois oferece ao público leitor um conjunto de textos que se ocupa de “resgatar os antecedentes da Teoria da Dependência, realizar o balanço dos clássicos e [fazer] o mapeamento das contribuições que vêm ampliando os limites da teoria desde a virada para o século XXI” (contracapa).

Composto por seis ensaios escritos em distintos momentos, cada qual por um autor diferente, os capítulos foram dispostos de acordo com certa organização temática. O primeiro ensaio, “Notas metodológicas à antecipação mariateguiana à teoria da dependência”, de autoria do organizador, Raphael Seabra, propõe uma avaliação de algumas teses apresentadas nos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, a fim de testar até que ponto é possível aproximar o marxismo de Mariátegui daquele subjacente às teses “dependentistas”, também inspiradas

* Mestre em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ailton_mercosul@yahoo.com.br.

no marxismo e que encontraram nas elaborações do economista André Gunder Frank suas primeiras (e por isto também primárias) caracterizações.

Destaque-se, por exemplo, que Mariátegui trabalhou extensamente o conceito de *semicolonialidade* para qualificar o regime de produção no Peru moderno, concebendo-a como função da expansão capitalista na Europa. Dessa forma, a expansão capitalista internacional perpetuava a *semicolonialidade* peruana e, por extensão, latino-americana. Em sentido semelhante, Frank insistiu na tese do *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, que seria a característica fundamental do capitalismo na América Latina. Para ele, as inúmeras tentativas de desenvolver o capitalismo na região não logravam outro resultado senão aprofundar o subdesenvolvimento.

O segundo texto, “A análise de André Gunder Frank: originalidade e observações críticas”, de Marco Ingrosso, aprofunda várias das questões apenas indicadas pelo primeiro ensaio. Originalmente escrito em 1973, no auge do debate “dependentista”, nesse texto Ingrosso faz referência a algumas críticas de natureza metodológica que Frank teria recebido em razão do modelo fechado de análise histórica do qual partira e que se resume na fórmula *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Ele censura Frank por ter construído um modelo analítico excessivamente rígido de interpretação do subdesenvolvimento latino-americano, pois ele seria ineficaz em a) captar as contradições internas de cada país para além daquela enunciada entre metrópole e satélite e b) avaliar adequadamente o peso que essas contradições internas possuem na dupla articulação entre interno-externo.

Em seguida, o artigo de Jaime Osório, “O marxismo latino-americano e a teoria da dependência”, problematiza historicamente a relação da Teoria da Dependência com o pensamento econômico-social latino-americano. Osório recupera o fértil ambiente intelectual do pós-guerra, destacando a profusão de ideias e projetos para o futuro da região encarnados em instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e o Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (Ilpes). Ao lado de outros atores políticos, como os partidos comunistas, o pensamento cepalino jamais conseguiu superar a dualidade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, afinal o modelo de industrialização via substituição de importações sempre concebeu a modernização capitalista como sinônimo de progresso social – ideia retomada pelos teóricos “dependentistas”; cujas ideias estariam para a economia política cepalina e para a ideologia do nacional-desenvolvimentismo assim como *O capital* estava para a economia política clássica e a ideologia do individualismo autocentrado.

Na mesma direção, o ensaio de Nildo Ouriques, “Por uma teoria marxista da dependência”, é crítico da teoria da dependência em face das teorias do desenvolvimento que haviam se tornado moeda corrente nos círculos intelectuais e políticos latino-americanos no pós-guerra. O autor indica dois momentos cruciais de formulação dela: o primeiro, entre 1964 e 1970, no qual ocorre a crítica dos paradigmas marxista (na verdade stalinista) e cepalino por parte de Frank, Santos,

Bambirra e Marini. Aqui as preocupações fundamentais eram “apreender os aspectos mais importantes da evolução histórica das sociedades na AL” e compreender as “grandes transformações na economia mundial” no pós-1945 (p.141). No outro, entre 1970 e 1978, o destaque vai para o esforço de Marini para criar, aperfeiçoar e estabelecer um campo de discussão sobre a perspectiva marxista de análise do fenômeno dependente.

Osório e Ouriques insistem na ideia de que, para além das contribuições de Frank, Santos e Bambirra – inegavelmente importantes e necessárias para o avanço da crítica marxista às teorias da modernização capitalista –, é na obra de Marini que os fundamentos teóricos e metodológicos da análise marxista sobre a dependência atingem um novo estatuto, com formulações mais sofisticadas, porque apoiadas integralmente nas categorias do Marx maduro, de *O capital*.

O quinto artigo, “Enfoques marxistas e reformistas da dependência”, de Cristóbal Kay, sistematiza a literatura produzida entre fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 que formava o campo de discussão em torno da dependência latino-americana. Conforme assinala, “duas posições podem ser diferenciadas: a reformista e a marxista” (p.159), a primeira é caracterizada principalmente por seus autores sustentarem a tese segundo a qual “é possível resolver o problema da dependência pela reforma do sistema capitalista” (p.161), enquanto para os autores associados à segunda, a ruptura com a dependência passaria necessariamente pela ruptura com o modo de produção capitalista e, conseqüentemente, pela revolução socialista. Entre os reformistas, Kay agrupa nomes que gravitavam em torno da Cepal e do Ilpes, mesmo que de forma crítica, como é o caso de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto. No campo marxista estariam, além de Frank, Santos, Bambirra e Marini, o chileno Tomás Vasconi, o peruano Aníbal Quijano.

Finalmente, em “Presente, passado e futuro do capitalismo brasileiro: o debate da obra de Ruy Mauro Marini”, Fábio Bueno examina a penetração de dois conceitos basilares formulados pelo autor de *Dialética da dependência* no debate marxista contemporâneo. A saber: a *superexploração da força de trabalho* e o *subimperialismo*. No entendimento de Bueno, a nova configuração do capitalismo brasileiro, marcado fortemente pela financeirização e pela internacionalização de determinados setores, coloca dilemas muito semelhantes aos enfrentados por Marini nos anos 1960 e 1970. A atualização daqueles conceitos por intelectuais como Marcelo Carcanholo e Virginia Fontes é por si só um indicativo daquele esforço de resgate da teoria da dependência mencionado no início desta resenha.

Em resumo, trata-se de uma obra de referência para aqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre a versão marxista da *Teoria da Dependência*, pois além de contribuir de modo efetivo à difusão do bom debate ao apresentá-la em perspectiva histórica e promover incursões na discussão atual, indicando a necessidade de revê-la, sugere caminhos para que a ciência social brasileira abra as suas próprias caixas-pretas e se pergunte por que perspectivas de análise impactantes como eram as da teoria da dependência permaneceram por tanto tempo desconhecidas entre nós.